

## APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista *Idéias* é dedicada aos trabalhos das mulheres. A flexão no plural demonstra a preocupação teórica e metodológica das organizadoras deste dossiê. Para falar de trabalho e gênero é preciso considerar a indissociabilidade entre as esferas da produção e reprodução, entendendo-as como momentos concretos de uma unidade indivisível, compreender as diferentes e desiguais experiências do que é ser mulher – experiências estas produzidas por um recorte de gênero (e aqui está incluída a questão da sexualidade), raça/etnia e classe, bem como apreender a manifestação da complexa relação entre objetividade e subjetividade derivada destas experiências e narrada por estas mulheres.

Nesse sentido, buscamos privilegiar trabalhos que nos ajudam a caracterizar a pluralidade da categoria mulher, compreendendo que o ato de vender sua força de trabalho as levam a ocupar e transitar em diferentes territórios (centro e periferia, urbano e rural, público e privado) e diferentes temporalidades (a do trabalho remunerado, a da família, a do deslocamento entre casa-trabalho, etc.).

A leitura dos artigos nos permite refletir sobre os diferentes arranjos que a divisão sexual do trabalho assume na realidade social. É notável como os princípios da separação e hierarquização entre os trabalhos realizados por mulheres e homens, já tão bem descritos por Helena Hirata e Danièle Kergoat, se desdobram em acúmulo de trabalho para mulheres, invisibilização dos trabalhos realizados na unidade doméstica (inclusive aqueles lidos como produtivos), menor remuneração e nos obstáculos para participação política das mulheres, especialmente na luta classista.

O artigo que abre o dossiê reúne esse conjunto de preocupações. A partir de sua pesquisa com mulheres de baixa renda em Paraisópolis, na cidade de São Paulo, Fernanda Sucupira

faz uma sofisticada reflexão sobre o tempo, mostrando como ele é uma relação de poder que organiza as vidas social e individual dessas mulheres. Fernanda empresta o conceito de dupla presença da italiana Laura Balbo e da dupla ausência de Cristina Carrasco para enfatizar as distintas lógicas de tempo que são manejadas pelas mulheres ao acumular trabalho remunerado, doméstico e familiar. A ideia da dupla presença e ausência alarga o conceito de dupla jornada ao apontar para a complexidade de viver a sobreposição de tempos de pessoas diferentes, impossibilitando a realização plena das mulheres seja no espaço do trabalho remunerado seja no convívio familiar.

A análise das PNADs de 2002 a 2012 realizada por Maria Coleta de Oliveira e Glaucia dos Santos Marcondes extrapola o estudo de caso e mostra a regularidade e persistência no padrão de uma extensa jornada de trabalho que incide sobre as mulheres. Quando olhamos para a década analisada pelas autoras fica claro o quanto as mulheres possuem uma jornada média em afazeres domésticos três vezes superior à dos homens, especialmente entre aquelas que são mães. Essa diferença no manejo do tempo entre mulheres e homens demonstra o quanto ainda precisamos avançar rumo a uma distribuição equitativa de tarefas entre homens e mulheres e na desconstrução de papéis de gênero.

A complementariedade entre as tarefas domésticas e do cuidado e aquelas consideradas como geradoras de valor invisibiliza as primeiras como trabalho, mas também pode levar a invisibilizar as segundas quando elas são realizadas dentro da unidade doméstica. O estudo de caso apresentado por Bianca Ferreira Lima e Dalva Maria da Mota realizado na Vila Paca, na Ilha do Marajó, em Belém, mostra como o imbrincamento entre produção e unidade doméstica invisibiliza o trabalho de coleta, beneficiamento e comercialização da mangaba, realizado por mulheres. Estas atividades não são consideradas como trabalho pela comunidade. Trabalho é apenas o de marretar a mangaba, tarefa realizada fora da Vila por homens.

Juliana Guanais mostra como a reestruturação produtiva e a mecanização da colheita da cana impactou o trabalho de mulheres

e homens mais velhos que atuavam com o corte da cana. A análise da divisão sexual do trabalho por uma ótica da “exclusão” da força de trabalho feminina é bastante interessante por evidenciar as novas competências requeridas em um outro contexto econômico, reforçando a ideologia naturalista de que existiriam trabalhos mais aptos para os homens. A intensificação do trabalho, estimulada pelo pagamento por produtividade, as expulsou aos poucos do corte, forçando-as a partir para o cultivo de outras culturas ou buscar trabalhos na cidade. Entre as que permaneceram na Usina pesquisada, os baixos salários recebidos em consequência do pagamento por produção as levavam a construir a estratégia de acumular a tarefa do corte com outros trabalhos, geralmente faxinas, empurrando-as para um cotidiano de triplas jornadas. Juliana deixa claro que o que determina a remuneração neste contexto é o sexo de quem a recebe.

Os desdobramentos de como a divisão sexual do trabalho se manifesta na realidade social também traz impactos para a participação política das mulheres. Esse debate está presente nos artigos de Leonardo Ostronoff e da dupla María Verónica Luetto e María Marta Santillán Pizarro. Leonardo olha para a experiência das cotas para mulheres nos sindicatos e, a partir de seu estudo de caso, conclui que apesar das cotas não terem assegurado uma maior participação das mulheres nos espaços de poder, desenham-se como um importante espaço de construção da luta feminista interna ao sindicato. Nesse sentido, demonstra como a articulação entre classe e gênero tem ganhado um contorno prático eivado de disputas políticas. E revela os desafios que o sindicalismo tem enfrentado ao incluir no debate trabalhista as questões de identidade. María Verónica Luetto e María Marta Santillán Pizarro apresentam dados sobre o aumento da participação das mulheres no setor público na província de Córdoba, Argentina, e as consequências desse aumento quantitativo na participação política. Apesar das autoras terem encontrado a persistência de uma barreira às mulheres nos cargos executivos, elas alcançaram paridade nos “Consejos Deliberantes”, no poder legislativo das municipalidades da província. No entanto, cabe destacar que o

vínculo de trabalho das mulheres com o poder público é de natureza precária: são contratos flexíveis, que as colocam em uma situação de insegurança e instabilidade. Situação similar à experimentada no Brasil, com a flexibilização da regulação do emprego público, setor no qual as mulheres mais se empregam no país. É preciso refletir sobre as consequências que este processo pode trazer para a sua autonomia econômica e sua segurança trabalhista e social.

O número também é contemplado com uma seção livre composta por seis colaboradores. No artigo *Entrelaçamentos entre simbólico e imaginário: sacrifício ritual e simbolização do feminino*, Marilande Martins Abreu, nos apresenta uma interessante discussão teórica sobre o universo simbólico e o imaginário nos rituais de sacrifício a partir dos estudos da psicanálise, antropologia e sociologia. Em seguida em *Heitor Ferreira Lima e o nacional-desenvolvimentismo*, Alexandre Juliani apresenta-nos um debate sobre o nacional desenvolvimentismo na ótica de Heitor Ferreira Lima colocando-o em diálogo com Roberto Simonsen, pensador e grande patrono da indústria no Brasil. Ainda refletindo questões de ordem nacional, Kíssila Teixeira Mendes, em *Segurança Pública e lógica Neoliberal: a realidade brasileira*, no traz um importante debate sobre a influência de deliberações externas na gestão das políticas criminais no Brasil. Também analisando a realidade brasileira Alessandra Lopes Camargo, em *O Dever de Memória do Estado no processo de Justiça de Transição no Brasil*, mostra através da análise da lei da anistia como umas séries de constrangimentos legais impediram a real reparação de danos causados a centenas de famílias pelo período ditatorial no Brasil (1964-1985). A seção livre ainda é contemplada com o artigo de Hyury Pinheiro Da “cultura” do marxismo a um marxismo da cultura: algumas notas sobre pós-modernismo e utopia em Fredric Jameson, em que o autor analisa a disputa dentro da teoria marxista sobre o conceito de cultura. E por fim, o artigo de Luís Francisco Fianco Dias, *Epistemologia barroca de triste figura: Dom Quixote como um exemplo da transformação da epistêmê do século XVII a partir de As Palavras e as Coisas de Foucault*, analisando o personagem de Cervantes

sob a ótica de Foucault nos apresenta um importante registro sobre a modernidade.

Na seção resenhas contamos com a apresentação de dois livros instigantes: o primeiro de Nancy Fraser, *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*, resenha realizada por Enrico Paternostro Bueno da Silva e Camila Teixeira Lima nos apresenta a obra de Nísia Trindade de Lima, *Um Sertão Chamado Brasil*. Esta edição ainda traz duas importantes entrevistas vinculada a temática do dossiê com as pesquisadoras: Helena Hirata e Briget Conor. A primeira entrevista foi realizada por Bárbara Castro e Mariana Shinohara Roncato e a segunda por Ana Paula Sousa. A abordagem da “intersecção/consustancialidade/nó” presente na entrevista da Helena Hirata faz um ótimo complemento teórico aos artigos do dossiê e aponta para os desafios de uma agenda de pesquisa que, a despeito de investir na pluralidade, ainda buscar romper com o silêncio de diversas opressões.

Convidamos a todos (as) a leitura do número.

Bárbara Castro  
Lidiane Maciel  
Mariana Roncato

